

CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS



Ata da Reunião de 12 / 11 / 2014

Ata n.º 25 destinada a:



AB
#

ACTA N.º 25

Aos doze dias do mês de novembro do ano dois mil e catorze na Sala de Sessões, Edifício dos Paços do Concelho desta cidade de Vendas Novas reuniu a Câmara Municipal tendo estado:

VICE-PRESIDENTE ANA CARLA ARRANJA M. DE BARROS
VEREADORES JOSÉ MARIA RODRIGUES FIGUEIRA
PAULO ALEXANDRE V. CAÇOILAS
ELSA CRISTINA N. DOS SANTOS CAEIRO
SILVIA LEONOR C. SEATRA DOS SANTOS
JOAQUIM MANUEL MARQUES B. SOEIRO
AUSENTE LUÍS CARLOS PITEIRA DIAS

A reunião foi secretariada pelo Chefe da DAF, Hélder Páscoa Fernandes.

ABERTURA OFICIAL DA REUNIÃO

Pela Senhora Vice-Presidente foi declarada aberta a reunião eram 15 H 00.

JUSTIFICAÇÃO DE FALTA

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a falta do Presidente, ausente por motivos profissionais.

1. Ponto – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

INFORMAÇÕES

Tomou a palavra a **Vice-Presidente** informando que no dia 1 de novembro esteve presente na inauguração da exposição “Atmosferas”, do Arquiteto Luís Braga, no dia 5 de novembro participou na entrega de caixas de primeiros socorros aos Jardins de Infâncias e Escolas do 1.º Ciclo e no dia 7 participou no Dia Internacional Eco-Escolas, promovido pelo Agrupamento de Escolas de Vendas Novas. No dia 8 participou no Encontro “Pensar a Educação”, em Santiago do Cacém e nos dias 11 e 12 participou na reunião com as escolas do 1.º Ciclo, relativamente às regras de funcionamento dos refeitórios.



Interveio a **Vereadora Elsa Caeiro** dando conhecimento que, no dia 7 de novembro participou numa reunião na CCDRALentejo, em Évora, sobre o Plano de Pormenor do Parque Industrial de Vendas Novas, no dia 8 esteve presente no Anima Mercado, mais precisamente no magusto, promovido pelo Lar Betânia e no dia 11 participou numa sessão do ICNF, no Auditório da CCDRALentejo, em Évora, onde foi feita uma apresentação da informação do Regime Jurídico das Ações de Arborização e Rearborização.

Tomou a palavra o **Vereador Joaquim Soeiro** referindo que no dia 1 de novembro esteve presente no 84.º Aniversário do Núcleo de Vendas Novas da Liga dos Combatentes e na inauguração da exposição “Atmosferas” do Arquiteto Luís Braga e no dia 5 participou na vistoria final às ciclovias, realizada pelo Sr. Pedro Carvalheiro.

Tendo em conta a informação dada pela Vereadora Elsa Caeiro sobre o Plano de Pormenor do Parque Industrial de Vendas Novas, o **Vereador José Figueira** pergunta qual é o ponto de situação deste plano, uma vez que parece estar em causa a sua publicação, pela exigência do estudo de impacto ambiental e, nesse âmbito, gostaria de saber a situação do requerimento apresentado pelos vereadores da CDU em relação a essa questão. Quanto à lista de avenças, refere que os vereadores da CDU também apresentaram um requerimento e gostariam de saber o ponto de situação do mesmo. Sobre o concurso do terreno do Parque Industrial, pergunta se houve ou não concorrentes, quantos foram e qual os valores das propostas. Manifesta o seu descontentamento pela forma como a Câmara Municipal está a ser tratada, referindo que na última reunião, a propósito das GOP’S e dos Regulamentos, os vereadores da CDU levantaram a questão da entrada em funcionamento do Parque de Exposições, Feiras e Mercados e foi dada a informação que o atraso tinha a ver com o ordenamento e agora constata-se que, no envio da documentação para a Assembleia Municipal, é remetido como anexo ao Regulamento, uma planta do ordenamento do Parque de Exposições, Feiras e Mercado, que não se encontrava na documentação da Câmara Municipal, ainda por cima depois de ter sido levantada a questão por várias vezes e quando a planta em causa tem a data de junho de 2014. Por fim, tendo em conta que no presente dia veio a público que a Samsung vai criar um laboratório em Vendas Novas, a par de Ponte de Sor e Vidigueira, no âmbitos das designadas Smart School’s, pergunta se se confirma a referida notícia, e em caso afirmativo de quem é a iniciativa, onde irá funcionar e qual o número de alunos envolvidos.



Tomou a palavra a **Vice-Presidente** informando que, em relação aos requerimentos, a resposta está pronta e será entregue no final da presente reunião.

Em relação ao plano de pormenor do Parque Industrial a **Vereadora Elsa Caeiro** informa que a reunião que teve com a CCDRALentejo foi para solicitar a dispensa da elaboração do estudo de impacto ambiental.

Relativamente ao concurso do terreno, a **Vice-Presidente** informa que houve um concorrente, mas a proposta não foi ainda analisada pelo júri do procedimento, devendo o assunto ser trazido à próxima reunião da Câmara Municipal. Sobre o Parque de Exposição, Feiras e Mercados e mais concretamente em relação ao anexo referido pelo Vereador José Figueira, informa que precisará clarificar essa questão para perceber o que se passou.

Interveio o **Vereador Joaquim Soeiro** registando o descontentamento do Vereador José Figueira, referindo que, apesar do assunto não ser do seu pelouro, informa que acompanhou o processo e que como o Vereador sabe, o processo não é confortável para o atual executivo, pois o ordenamento dos alvéolos não era operacional. Concorda quando é dito que a Câmara Municipal deveria ter sido informada em primeira mão, mas considera que o Vereador José Figueira deveria ter mais cuidado com as afirmações que faz, quando está na origem de toda esta confusão. Afirma que o executivo está a tentar remediar uma situação que não é fácil.

Tomou a palavra a **Vereadora Elsa Caeiro** afirmando que irá tentar perceber o que se passou em relação à questão da planta. Informa que o executivo está a fazer todos os possíveis para que o Mercado entre em funcionamento em janeiro de 2015, estando a ultimar uma série de procedimentos para esse efeito.

Em relação ao laboratório de formação da Samsung, a **Vice-Presidente** informa que se trata de um projeto entre o Agrupamento de Escolas de Vendas Novas e a Universidade de Évora e sendo abrangida uma turma do 3.º ano do 1.º ciclo.

Interveio o **Vereador José Figueira** dizendo que, sobre a questão que referiu o Vereador Joaquim Soeiro, não a colocou, pois isso foi discutido na reunião da Câmara Municipal, o que está em discussão é a questão de princípio, sobre o facto da Assembleia Municipal ter conhecimento desta planta, quando a Câmara Municipal não o teve.

Tomou a palavra o **Vereador Joaquim Soeiro** afirmando que se foi assim, concorda que a forma não foi a mais correta. No entanto, considera que o conteúdo não pode ser dissociado da forma e



foi por essa razão que fez a sua intervenção, pois o Vereador José Figueira não se pode esquecer que no mandato anterior foi Presidente da Câmara Municipal.

Interveio o Vereador José Figueira afirmando que, enquanto membro do anterior executivo assume as suas responsabilidades, mas isso não lhe retira direitos, nem o condiciona nas suas atuais funções de vereador.

2. PONTO – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 – 20.^a Alteração ao Orçamento, PPI e PAM

Doc. 157/14

Presente proposta para a 20.^a alteração ao Orçamento, PPI e PAM.

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com as abstenções dos vereadores José Figueira, Paulo Caçoilas e Sílvia Santos, aprovar a 20.^a Alteração ao Orçamento, PPI e PAM da Câmara Municipal.

2.2 – Expediente

2.2.1 - Atas

- Foi lida e aprovada, por **maioria**, com a abstenção da Vereadora Elsa Caeiro, em virtude de não ter participado na referida reunião, a **Ata n.º 16**, respeitante à reunião realizada em 9 de julho de 2014.

2.2.2 - Águas e Saneamento

Maria Guilhermina do Valle Mota Pereira, residente na Rua Luís de Camões, n.º 7, em Vendas Novas, solicita o pagamento da fatura de água n.º 55362 em nome do seu falecido marido, no valor de 110,50 €, em 4 prestações mensais. Presente informação n.º 84/2014, de 4 de novembro de 2014, do Centro de Atendimento Público, dando conhecimento que se o Município entender deferir o solicitado, deverá ser anulada a referida fatura e a requerente irá pagar uma prestação no valor de 27,61 € e três prestações de 27,63 € cada, com início em dezembro de 2014 e fim em março de 2015.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o solicitado, autorizando o pagamento em 4 prestações, de acordo com a informação n.º 84/2014 do CAP, de 4 de novembro.



2.2.3 - Atribuição de Bolsas de Estudo para o ano letivo 2014/2015

Doc. 158/14

Presente Informação n.º 66/14 do Serviço de Educação enviando a proposta de número e montante de bolsas de estudo a atribuir no ano letivo 2014/2015.

Tomou a palavra a **Vice-Presidente** referindo que a proposta é de atribuir 16 bolsas de estudo, no valor global de 7.500 €. Informa que foi feito um estudo do que aconteceu no ano anterior, tendo-se verificado que existiram casos sem bolsas atribuídas, por ausência de candidatos, e que no total foram atribuídas bolsas no valor de 7.400 €, acrescentando que nos anos letivos de 2011/2012 e 2012/2013 não foram atribuídas bolsas.

Interveio o **Vereador José Figueira** afirmando que, segundo entendeu, a justificação para a diminuição do número de bolsas se deveu ao facto de no ano anterior terem ficado bolsas por atribuir, sendo que, no último ano, os vereadores da CDU fizeram uma proposta para os candidatos que tivessem ficado de fora e que reunissem os requisitos, fossem considerados com os valores das bolsas que não foram atribuídas, tendo a mesma sido recusada pelo executivo. Afirma que o que se constata é que a presente proposta é inferior à do ano passado, representando um corte de 34 % sobre o que estava disponível no ano passado. Refere que com a situação económica e social que o país e o concelho atravessam, não é possível dizer que não haveria mais candidatos. Parece-lhe desajustado o corte de 4.000 €, mas também considera desajustadas outras medidas, designadamente no ensino profissional, onde se verifica um corte de 50 % no valor e no número de bolsas, sendo que em Vendas Novas não existem escolas profissionais, o que obriga a deslocação dos alunos de Vendas Novas, e consequentemente a suportarem outros encargos. Também em relação ao ensino secundário, verifica-se uma redução de 1/3 do número de bolsas, de 9 para 6 e no ensino superior, o número de bolsas sobe para 7. No entanto, é reduzido o valor das bolsas, não sendo sequer atribuído o valor das propinas de um aluno do ensino superior. Informa que os vereadores da CDU não põem em causa a política de atribuição das bolsas e como tal irão votar favoravelmente, no entanto, consideram que a proposta apresentada vai contra a política de prosseguimento de estudos e por outro lado são contra os cortes apresentados, quanto ao valor e quanto ao número de bolsas. Acrescenta, ainda, que o processo de atribuição de bolsas foi gerido internamente para o momento que era mais oportuno, reafirmando que os vereadores da CDU irão votar favoravelmente, mas não concordam com o corte apresentado.



Tomou a palavra a **Vice-Presidente** afirmando que, em 2011/2012 e 2012/2013 também existiam alunos com necessidades que precisavam do apoio da autarquia e não houve sequer abertura de candidaturas a bolsas e isso sim é uma política que não considera as necessidades dos jovens. Em relação à atribuição das bolsas, discorda que essa atribuição deva ser feita no final do ano letivo, considerando que a mesma deve ser feita no 2.º período, pois permite ter em consideração o aproveitamento escolar do ano anterior e poderá ser uma ajuda para as despesas do 3.º período, informando que no ano letivo anterior as bolsas também foram atribuídas no 2.º período. Refere que para fazer chegar estes apoios ao maior número de alunos, o executivo também procurou que os diretores de turma façam chegar esta informação aos alunos mais carenciados. Quanto ao ensino profissional e secundário, refere que ambos dão equivalência ao 12.º ano e, como tal, o executivo entendeu que deveria ter o mesmo valor. Informa que no futuro o executivo também pretende premiar o mérito dos alunos.

Interveio o **Vereador Joaquim Soeiro** dizendo ao Vereador José Figueira que nos últimos 2 anos em que o vereador foi Presidente da Câmara Municipal não deu este tipo de apoio, perguntando como é que agora pode vir falar em diminuição deste tipo de apoio, afirmando que, pelos vistos, o Vereador se esqueceu do que fez no passado, pois agora o executivo está a dar mais do que o Vereador deu.

Tomou a palavra o **Vereador José Figueira** afirmando que é mentira o que foi dito, pois no ano 2013/2014 as bolsas foram aprovadas pelo anterior executivo e pagas pelo atual executivo. Quanto ao regulamento e ao mérito, também concordam que o aluno tenha que ter aproveitamento positivo e isso consta do regulamento. Relativamente aos valores, afirma que ao diminuir o valor de uma bolsa do Ensino Superior de 1.000 € para 750 €, está-se a prejudicar as famílias, pois esse valor não cobre o valor das propinas. Refere que os Vereadores da CDU, não estando contra as bolsas e irão votar favoravelmente, no entanto, não podem deixar de estar contra o corte do número e valores das bolsas.

Interveio a **Vice-Presidente** referindo que, o que consta no regulamento, é que os alunos devem ter bom aproveitamento, não sendo quantificado. Conclui, referindo que nos dois anos em que o Vereador José Figueira foi Presidente da Câmara Municipal, não foram abertas candidaturas, não tendo apoiado, nem incentivado os alunos.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta.



2.2.4 – Grupo Recreativo Empregados no Comércio

O Grupo Recreativo Empregados no Comércio solicita a isenção de pagamento das taxas de licenciamento para a realização do seu 18.º Passeio de Cicloturismo, que se enquadra nas comemorações do seu 109.º aniversário. Presente Informação n.º 258/2014 do Serviço de Desporto relativamente ao pedido apresentado, referindo que o valor a isentar é de 15,84 €.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a isenção no valor de 15,84 €.

2.2.5 – Criação de Banco Local de Voluntariado

Doc. 159/14

Presente Informação n.º 29/14 do Serviço de Intervenção Social propondo a criação do Banco Local de Voluntariado.

Tomou a palavra a **Vice-Presidente** afirmando que é importante a dignificação e qualificação da atividade de voluntariado, entendendo que a Câmara Municipal deveria ter este papel. Refere que a esta entidade e a este banco irão associar-se as atividades que venham a promover o voluntariado, pretendendo-se no fundo, conciliar vontades. Informa que com esta entidade enquadrada a Câmara Municipal não terá encargos diretos, podendo apenas ter um técnico pra coordenar esta ação.

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com as abstenções dos vereadores José Figueira, Paulo Caçoilas e Sílvia Santos, aprovar a criação do banco Local de Voluntariado.

2.2.6 – Proposta de oferta de bilhetes de cinema

Doc. 160/14

Presente Informação do Serviço de Biblioteca e Cultura propondo a oferta de bilhetes duplos através da Radio Granada de forma a captar públicos para as referidas sessões.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar a aprovação desta proposta, com produção de efeitos a 10 de outubro.

2.2.7 – Bússola – Associação de Desenvolvimento Local

A Direção da Bússola solicita apoio em kms, para a participação numa prova pertencente ao Circuito Nacional de Esgrima, que se irá realizar no dia 22 de novembro em Viana do Castelo.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atribuir um apoio de 830 Km à Bússola – Associação de Desenvolvimento Local.



2.2.8 - Relação dos Compromissos Plurianuais assumidos no ano de 2014, no âmbito da deliberação da Assembleia Municipal de 27 de dezembro de 2013 **Doc. 161/14**

Presente Relação dos Compromissos Plurianuais assumidos no ano 2014, no âmbito da deliberação da Assembleia Municipal de 27 de dezembro de 2013.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

2.2.9 – Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2015

Presente, para conhecimento, o parecer aprovado pelo Conselho Diretivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), relativo à Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2015.

Tomou a palavra a **Vice-Presidente** informando que se identifica com o presente parecer, pois esta proposta de lei incorpora mais constrangimentos à autonomia e à gestão dos Municípios, por exemplo ao nível das despesas com pessoal e da transferência de verbas para as autarquias.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

2.2.10 – AMGAP

Na sequência das reuniões dos órgãos sociais da AMGAP, presente, para conhecimento, a minuta da ata n.º 3 da Assembleia Intermunicipal da AMGAP, as GOP's (PA e PPI) e Orçamento desta Associação para 2015, bem como o Mapa do Capital Social – 2.ª chamada e respetivo ponto de situação à data.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

2.2.11 - Resumo Diário da Tesouraria

Presente o **Resumo**, respeitante ao dia 11 de novembro cujo saldo é 530.455,62 € correspondendo 386.457,01 € a Dotações Orçamentais e 143.998,61 € a Dotações não Orçamentais.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.



B
#

Obras – Licenciamento

Com base nos pareceres emitidos pelas entidades intervenientes, bem como pelos técnicos municipais, foram presentes os processos a seguir referenciados e que mereceram as seguintes deliberações:

- **Proc. n.º 34/14 Req.º n.º 518/14**, de Maria Emília Soares Cabrita, presente projeto para deliberação final respeitante à legalização de alterações num edifício de 2 pisos destinado a comércio/serviços, sito na Rua General Humberto Delgado n.º (s) 24, 24-A e 26, em Vendas Novas.

Aprovado, por unanimidade, de acordo com o Parecer do Chefe da DAUA de 29 de outubro de 2014, devendo ser levantado o respetivo auto.

- **Proc. n.º 39/14 Req.º n.º 530/14**, de Manços Custódio Piteira Romão, presente projeto para deliberação final respeitante à legalização de ampliação de uma moradia de r/c, telheiro e anexo, sitos no Casal 16-Bombel, em Vendas Novas.

Aprovado, por unanimidade, de acordo com o Parecer do Chefe da DAUA de 4 de novembro de 2014, devendo ser levantado o respetivo auto.

- **Proc. n.º 42/14 Req.º n.º 533/14**, de Luís Miguel Gomes dos Santos e Vera Susana Alexandre Baguinho, presente projeto para deliberação final respeitante à legalização de um armazém para produtos e máquinas agrícolas e alterações numa moradia de r/c, sitos na Rua de Timor – Foros da Misericórdia, em Vendas Novas.

Aprovado, por unanimidade, de acordo com o Parecer do Chefe da DAUA de 4 de novembro de 2014, devendo ser levantado o respetivo auto.

- **Proc. n.º 37/14 Req.º n.º 526/14**, de Miguel David Pires Martins, presente projeto para deliberação final respeitante à legalização de um anexo, casa de forno e telheiro hortícola, sitos na Rua Beatriz Costa, 35, em Vendas Novas.

Aprovado, por unanimidade, de acordo com o Parecer do Chefe da DAUA de 3 de novembro de 2014, devendo ser levantado o respetivo auto.



- **Proc. n.º 33/14 Req.º n.º 512/14**, de Ilustrino Alexandre Júnior e outros, presente projeto de arquitetura respeitante a alterações em duas moradias existentes, sitas na Rua General Humberto Delgado - Piçarras, em Vendas Novas.

Aprovado, por unanimidade, de acordo com o Parecer do Chefe da DAUA, de 22 de outubro de 2014.

- **Proc. n.º 38/14 Req.º n.º 527/14**, de Ana Margarida Saiote Mestrinho, presente projeto de arquitetura respeitante a construção de moradia de r/c e garagens, sita na Rua José Francisco Fragoso, em Vendas Novas.

Interveio o **Vereador José Figueira** referindo que a dúvida é se estará a fazer um destaque com esta propriedade horizontal.

Aprovado, por unanimidade, o licenciamento, de acordo com a parecer do chefe da DAUA de 4 de novembro de 2014, devendo a propriedade horizontal ser requerida posteriormente.

3. PONTO – Período de Intervenção Aberto ao Público

Interveio o Sr. **Fernando Martins** dizendo que é com surpresa que verifica que a situação do mercado ainda não esteja resolvida, não percebendo a razão desse facto. Refere que no próximo domingo irá realizar-se novamente o mercado mensal, sendo de lamentar o que vai acontecer com as atuais condições de segurança e de higiene.

Tomou a palavra a **Vice-Presidente** informando que a previsão é que aquele espaço venha a abrir em janeiro, sendo também por questões de segurança que o referido espaço ainda não abriu, pois é necessário um conjunto de procedimentos complexos para a sua abertura, e o executivo não quis abrir aquele espaço sem ter estas questões todas devidamente tratadas.

Sobre a obra em si e não querendo julgar o projeto, o **Vereador Joaquim Soeiro** informa que foi decisão do executivo não fazer o que estava projetado, pois os alvéolos que estavam previstos não permitiam a colocação das viaturas no interior daquele espaço. Refere que esta obra foi candidatada e como tal, não podia ser alterada durante um prazo de 5 anos, e o tempo que o



AB
#

executivo demorou foi para ter a certeza do que iria fazer seria o melhor para o futuro do mercado. Informa que teve de se alterar os alvéolos sem alterar a estrutura existente.

Interveio a **Vereadora Elsa Caeiro** informando que para definir as regras de utilização dos espaços o executivo teve de fazer um regulamento, que esteve em consulta pública e que foi aprovado na última reunião da Câmara Municipal, pelo que não era possível abrir aquele espaço sem que o referido regulamento estivesse devidamente aprovado. Também, como disse o Vereador Joaquim Soeiro, foi necessário fazer obras no interior do espaço, para que tudo seja realizado com regras muito claras.

Tomou a palavra o Sr. **Fernando Martins** afirmando que tem um projeto para o espaço atual do mercado, que está a ser ultimado.

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

Para que as deliberações possam ter efeitos imediatos, foi elaborada uma minuta, que depois de lida e colocada à votação, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, **foi aprovada, por unanimidade.**

FORMA DE VOTAÇÃO

Todas as deliberações tomadas na presente reunião foram objecto de votação nominal.

CONCLUSÃO DA ATA

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pela Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal encerrada a reunião eram 16 H 33 sendo a presente ata assinada pela Sr.ª Vice-Presidente, Ana Carla Arranja M. de Barros e por mim, Hélder Páscoa Fernandes, na qualidade de Chefe da DAF, que a redigi e lavrei.




CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

Os documentos identificados na presente ata são arquivados no maço de documentos respeitantes ao ano de 2014.

A Vice-Presidente da Câmara Municipal



O Chefe da DAF



Vendas Novas, 12 de novembro de 2014



CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

Aprovada, por unanimidade, na reunião realizada em **01/04/2015**.

com a abstenção do Presidente, por não ter estado presente na referida reunião.

O Presidente

Liliana

Os Vereadores

Ana Carla Arranja M. de Barros

José Maria Rodrigues Figueira

JM

Paulo Alexandre Valentim Caçoilas

Paulo Alexandre Valentim Caçoilas

Elsa Cristina N. dos Santos Caeiro

Elsa Caeiro

Sílvia Leonor C. Seatra dos Santos

Silvia Leonor Chafana Seatra dos Santos

Joaquim Manuel Marques B. Soeiro

JMS